

Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

Resenha

Obra

O Direito das Águas e a Legislação Reiol: brevíssimas notícias da vida e obra do Dr. Manoel Almeida e Sousa, de Lobão (1744 – 1817).

Com especial atenção a seu livro: "Tractado pratico e compendiarío das aguas, dos rios publicos, fontes publicas, ribeiros, e nascentes dellas: obra apurada, em que se adopta o mais racionavel da legislação romana; cortado o que hoje he reprovado pelo uso moderno das nações."

Edição feita em Lisboa: Imprensa Nacional, no ano da graça de 1835.

José Theodoro Mascarenhas Menck

TRACTADO PRATICO E COMPENDIARIO
DAS AGUAS,

DOS

RIOS PUBLICOS, FONTES PUBLICAS, RIBEIROS, E
NASCENTES DELLAS.

Olra apurada, em que se adopta o mais racionavel da Legis-
lação Romana; cortado o que hoje he reprovado pelo uso
moderno das Nações.

Com dous Indices, hum dos Capitulos, outro das Conclusões
mais notaveis.

E com duas Dissertações analogas: 1.^a Sobre as aguas pluvias:
2.^a Sobre as aguas subterraneas.

POR

MANOEL DE ALMEIDA E SOUSA DE LOBÃO.



LISBOA:

NA IMPRENSA NACIONAL. ANNO DE 1835.

O Direito das Águas e a Legislação Reinol: brevíssimas notícias da vida e obra do Dr. Manoel Almeida e Sousa, de Lobão (1744 – 1817). Com especial atenção a seu livro: “Tractado pratico e compendiario das aguas, dos rios publicos, fontes publicas, ribeiros, e nascentes dellas: obra apurada, em que se adopta o mais racionavel da legislação romana; cortado o que hoje he reprovado pelo uso moderno das nações.” Edição feita em Lisboa: Imprensa Nacional, no ano da graça de 1835. José Theodoro Mascarenhas Menck¹

“Nada há de novo debaixo do Sol!”
(Ed 1, 9)

Quando o assunto é meio ambiente, conservação do solo, das águas, flora e fauna, temos a imediata impressão de que estamos diante de um tema novo, de um assunto diretamente vinculado aos problemas ambientais que o Século XX, com sua industrialização maciça e desrespeito à natureza, legou ao Século XXI. Afinal, foi apenas na segunda metade do século passado, após a Organização das Nações Unidas – ONU haver patrocina-

do a Conferência de Estocolmo de 1972 (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano), que o assunto passou a ganhar destaque nos foros multilaterais e na mídia internacional.

A importância crescente da matéria avolumou-se nas conferências seguintes. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CNUMAD, Rio 92 ou ECO 92, foi possível celebrarem-se importantes compromissos internacionais, tais como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção da Biodiversidade, inflexão importante no Direito Internacional Ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, CNUDS, ou Rio+20, recentemente realizada, ao somar os conceitos de ambiente humano, meio ambiente e desenvolvimento, consagra o termo desenvolvimento sustentável e encerra um ciclo de quarenta anos de debates. Dela, todavia, resultou, do ponto de vista normativo do direito internacional, apenas *soft law*.

Nesse panorama, no entanto, uma pesquisa na bibliografia jurídica nos revela uma surpresa. Recorrendo a um vetusto ditado popular podemos dizer que o tema, de certa forma, “é tão velho quanto a Sé de Braga”. Já no Digesto encontramos várias referências ao assunto, mormente no tocante às águas e a sua racional utilização.²

1 Doutor em História das Relações Internacionais e Mestre em História Social pela Universidade de Brasília – UnB; Pós-graduado em Direito Romano pela *Università degli studi di Roma – “La Sapienza”*; Graduado em Direito pela UnB. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados da Área I – Direito Constitucional.

2 Dentre várias disposições existentes no Corpo de Direito Romano de proteção às águas podemos citar o Livro XLIII do Digesto que possui nada menos do que oito Títulos dedicados ao tema, isso sem falarmos do Edito Perpétuo de Sálvio Juliano, no qual os meios processuais de tutela das águas públicas e privadas assumem um posto não marginal. Em 2003, Mario Fiorentini publicou um interessante livro sobre o tema: “*Fiumi*

Dando um salto no tempo, e aproximando-nos um pouco mais do nosso atual ordenamento, temos as Ordenações do Reino de Portugal, em cujos dispositivos vamos encontrar a disciplina da apropriação e uso das águas.³ E é justamente dentro do universo jurídico do Direito Reíno que vamos encontrar um dos primeiros livros doutrinários referente às Águas, se não for o primeiro. Trata-se do *“Tractado Pratico e Compendiario das Aguas, dos Rios Publicos, Fontes Publicas, Ribeiros, e Nascentes delas”*, cujo subtítulo é *“Obra apurada, em que se adopta o mais racionavel da Legislação Romana; cortado o que hoje he reprovado pelo uso moderno das Nações”*, editada em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1835.

O autor, hoje um olvidado praxista reíno, já teve sua importância nos fóruns luso-brasileiros, principalmente na segunda metade do Século XVIII e ao longo do Século XIX. Chamava-se Manoel de Almeida e Sousa, de Lobão. Natural da vila de

Vouzela, cabeça do antigo concelho de Alafões (Lafões), Lobão ingressou cedo na Universidade de Coimbra, frequentando-a por seis anos vindo a forma-se *nemine discrepante*, com carta de curso datada aos 26 de maio de 1762. Não se doutorou, nem quis seguir a magistratura, optando pela advocacia. Em função de sua opção profissional dirigiu-se a Alcouce, pequena povoação da freguesia de Lobão, concelho de Tondela, próxima a Viseu, onde residia o Dr. Estandeu Lopes, jurisconsulto que gozava por aqueles tempos de honrada reputação.

Manoel Rodrigues de Almeida, como então assinava o nosso autor no início de sua vida, praticou alguns anos com o Dr. Estandeu Lopes. Casou-se em Lobão, onde constituiu família e onde se radicou definitivamente, vindo, com o tempo, a assumir a alcunha “de Lobão”, forma com a qual passou a firmar suas obras.

Com o tempo sua fama como causídico vai se espraiando, passa a receber consultas das mais diversas localidades, inclusive em Direito Canônico, matéria em que vai sustentar demandas que se tornariam célebres.⁴

Dominando a língua latina como a materna, além de diversas outras, e em função de seus processos, Manoel de Almeida e Sousa de Lobão foi, em função de suas causas, pacientemente compilando farto material doutrinário e jurispruden-

e *Mari nell'Esperienza Giuridica Romana*, Milão: Giuffrè Editores, 2003.

3 Nas Ordenações existiam dispositivos pontuais relacionados a outros aspectos de proteção ambiental, ainda que “marcados pelo olhar utilitarista” (Édis Milaré, *Direito Ambiental*, 2ª. edição São Paulo: Ed. Rev. Tribunais, 2001, *apud* Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, *Origem e Principais Elementos da Legislação de Proteção à biodiversidade no Brasil*, in *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*, organização de Roseli Senna Ganem, Brasília: ed. Câmara, 2011). Nas Ordenações Afonsinas era crime de injúria ao rei o corte de árvores alheias que dessem frutos. Nas Manuelinas, além de continuar a tipificar o corte de árvores frutíferas, exigia-se licença para o uso do fogo, proibia-se a caça de animais com meios capazes de causar dor. Nas Filipinas acrescentou-se a proibição de corte de sobreiros e outras árvores existentes às margens do rio Tejo, além de restringir a pesca e vedar o lançamento de certos materiais nos rios.

4 Em 1787, Lobão patrocinou a causa dos Cônegos do Convento de Santa Cruz contra o Bispo de Coimbra sobre o “isento”, questão que lhe exigiu, inclusive, a sua transferência para Coimbra, foro onde corria o feito. Além do rumor que a questão causou, o que impressiona no caso é que os abastados Cônegos, mesmo estando em Coimbra, sede da célebre Universidade, tenham recorrido a um jurista de fora e não a algum dos famosos lentes da cidade.

cial, material que, mais tarde, seria a matéria de seus numerosos livros.

Em 1807, já advogado consolidado, Manoel de Lobão, preocupado em ajudar os estudos de seu filho, então acadêmico de Direito em Coimbra, passou a reuniu suas anotações de forma sistemática. Essa seria a origem de seus vinte e quatro livros de doutrina jurídica que viria a escrever ao longo da vida. A primeira obra que veio a dar a lume foi o *“Tratado Prático de Morgados”*, em 1814, ainda que o tenha redigido em 1807. O *“Tratado Prático das Águas”* viria a ser publicado em 1817.

Seus textos logo se difundem gerando uma série de comentários. Manoel Antônio Coelho da Rocha (1793 – 1850), célebre doutrinador de Direito Civil e lente em Coimbra de uma geração posterior assim se manifestou acerca das obras de Lobão:

“Os seus muitos e variados escritos que compreendem todas as partes da jurisprudência, além de notícias sólidas do Direito Romano e Canônico, abundam em conhecimento profundos de história e das leis pátrias, e sobretudo da prática do foro; respiram extraordinária leitura e às vezes o mau gosto dos praxistas. Em alguns lugares das suas obras nota-se-lhe falta de dedução e de clareza; descuidos de redação e de estilo e uma erudição ou série de citações que vai até cansar. Escrevia com prontidão mas não tinha paciência para corrigir. Não obstante estes defeitos, as suas obras para uso do foro suprem uma livraria”.

Já Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810 – 1877), tratou-o com rudeza:

“Houve na Beira um letrado de curta inteligência e nenhuma filosofia chamado por alcunha o Lobão. Tinham-no adivinhado por instinto os bernardos e os crúzios. Era o seu advogado. Este homem escreveu nas primeiras décadas deste século, com ódio da gramática e da língua, uma pilha de volumes, refartos de contradições gravíssimas, pedantíssimos, onde o pró e o contra das opiniões dos juriconsultos se acham

acumulados por tal arte, que a leitura dessas dezenas de in quartos é o mais seguro meio de se não saber qual é o verdadeiro direito na maior parte das matérias jurídicas”.

Escreveu ainda Herculano: *“São os livros de Lobão tesouro precioso, mina inesgotável de alegações eternas e contraditórias para advogados medíocres.”* Ou ainda: *“Podemos fazer livros sem gramática e ruins e ser homens de verdade. Lobão tinha longa prática do foro e conheceu de certo na mocidade advogados velhos que também a tinham tido. É questão de facto e, como praxista, Lobão devia saber bem quais eram as antigas praxes.”*

Já na revista *“O Panorama”*, orientada por Herculano, lê-se: *“Quaisquer que sejam os defeitos de Lobão, havemos de assentar que nenhum dos seus antagonistas lhe poderá negar um lugar distinto entre os maiores juriconsultos portugueses.”*

Por fim, no julgamento mais moderno de José Pinto Loureiro (1885 – 1969):

“A insistência de Almeida e Sousa no afirmar que escrevia só para principiantes – e que manteve até o final – devia ferir o ouvido de muitos que ele, talvez com mal disfarçada ironia, tratava de sábios e que também apodou de ‘aduladores’. E isso não podia deixar de angariar-lhe malquerenças e animadversões.”

Manoel de Almeida e Sousa, de Lobão, faleceu em Lobão, em 1817, já septuagenário.

O *“Tratado Prático e Compendiário das Águas”*, como todas as demais obras de Lobão, tem um carácter eminentemente prático, revelando a alma de caudilho de seu autor, afinal, os advogados devem adaptar suas teses às necessidades dos clientes. Seu método é ir expondo as questões baseando-se sempre nas mais diversas opiniões dos doutores, deixando ao leitor escolher o posicionamento que mais lhe agrade. Por vezes, Lobão sequer manifesta sua opinião sobre os assuntos que apresenta. Desta for-

ma acreditava instruir a juventude nas entranhas da Jurisprudência. Por décadas as obras de Lobão foram definidas como sendo um verdadeiro “armazém de direito”.

O Tratado das Águas se subdivide em 19 capítulos cada um dos quais em várias secções. Lobão parte da definição do *“Que he Rio: Qual o publico, e do Patrimonio Real; Qual o Particular”*. Analisei em seguida o texto da Ordenação presente no Livro 2º, título 26, parágrafo 8º - capítulo 1. No capítulo seguinte se preocupa em expor a legislação referente ao uso das águas: *“Liberdade natural, ou civil de extrair aguas dos rios públicos”*, e termina dissertando sobre as *“Restricções daquela liberdade.”*

Segue o livro percorrendo sobre as *“fontes publicas”* e aquedutos – capítulo 3. O domínio das águas *“quando nascem em Predio particular”*, com atenção às *“aguas comuns”*, é tratado no capítulo 4. O livro continua com o tema *“servidão”* em geral, para logo após adentrar no estudo da servidão de aqueduto e suas diversas formas de aquisição – capítulos 5, 6, 7, 8 e 9.

Já os capítulos 10 e 11 se referem ao uso das águas. O capítulo 11 versa especialmente sobre o problema gerado quando as águas são *“insuficientes para todos.”* Os capítulos 12 e 13 abordam as restrições ao uso das águas. Em seguida é tratado o tema da conservação e restauração dos aquedutos, *“assudes”*, *“ribeiros”* e *“levadas”* – capítulos 14 e 15.

Nos capítulos seguintes abordam-se os remédios processuais vinculados às águas – capítulos 16, 17 e 18. Por fim, o capítulo 19 abarca o assunto extinção dos direitos referentes à águas.

A edição do Tratado das Águas de 1835 contém, outrossim, como anexo duas dissertações de Lobão sobre o tema:

1ª.- *“Sobre as águas pluviais”*, no qual aborda os problemas do estilicídio, basicamente no âmbito do Direito de Vizinhança, e

2ª. – *“Sobre as águas subterrâneas”*, onde versa sobre a questão da construção de poços, minas e manutenção dos veios d’água.

Lobão nunca escondeu o fato que seus assuntos eram controversos, tanto que terminou seu livro *“Tratado sobre todos os Direitos Relativos a Casas”* com as seguintes palavras, depois de discordar de um parecer de Cabedo:

“E se eu sou o que erro, ou neste ponto, ou no mais que expuz nesta Obra, rogo aos Sabios que corrijão os meus erros, para que se não encha de prejuizos a Mocidade: E se algum louvor merece esta Obra NON NOBIS SED NOMINI DEI DA GLORIAM.”

Em suma, como pudemos ver o tema não é novo, talvez a sua apresentação o seja. Aproveitando uma feliz tirada da Consultora Legislativa Dra. Maria Ester Mena Barreto Camino, “no que diz respeito ao Direito Ambiental podemos dizer que a novidade é a patente da roda, não a sua invenção”